

Constituinte exclusiva, um golpe

Uma tentativa de golpe de Estado, civil, branco e desarmado — no fim de semana, quando a bancada do PMDB chegou a aprovar a tese da Constituinte exclusiva, que eliminaria o Congresso comum e tornaria o Poder Executivo meramente figurativo — foi a primeira atitude articulada de um grupo ativo da ala "progressista" do partido para assumir o controle efetivo do Congresso Constituinte. O golpe foi desarmado, por inspiração do Palácio do Planalto, na sessão em que foi eleita a nova Mesa da Câmara, graças a um contragolpe regimental aplicado pelo presidente da sessão, Humberto Souto (PMDB-MG), mas ninguém duvida em Brasília que o grupo de deputados novos do PMDB — já apelidado de "xilita" — continuará a atuar.

Um adversário do grupo "progressista" do PMDB, membro da ala "direita" do partido e veterano parlamentar, Roberto Cardoso Alves, não tem receio de definir a tentativa de exclusividade da Constituinte — abrangendo praticamente todos os poderes da República — como um golpe. Segundo ele, "a ordem constitucional vigente, mesmo não sendo a ideal, deve ser observada". Um influente político no Ministério de Sarney também identificou na tentativa da ala esquerda do PMDB uma intenção golpista, liderada pelo deputado Pimenta da Veiga, "que perdeu o controle da bancada e tentou recuperá-lo num golpe de mão, dando força ao grupo da esquerda, contando com a cumplicidade de deputados imaturos, que nunca tinham participado de um Parlamento antes".

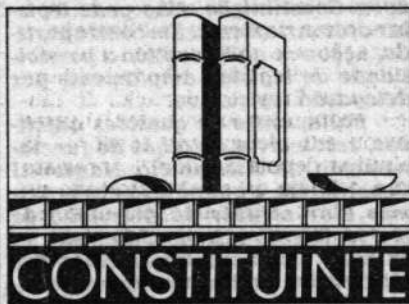
A tese da Constituinte exclusiva começou a empolgar uma ala de deputados do PMDB no fim do ano passado, mas com outro objetivo a ser alcançado, paralelamente: o controle crescente do Congresso Constituinte pelo grupo auto-intitulado "progressista" do partido. Com a simpatia do líder da bancada na Câmara, Pimenta da Veiga, o núcleo esquerdista, interpartidário, foi formado com a intenção de defender as teses chamadas "populares", para combater a influência "conservadora eleita pelo poder econômico" considerada predominante. O núcleo da proposta da exclusividade tinha simpatia do líder e a militância permanente dos deputados Antônio Britto (RS), Domingos Leonelli (BA), Virgildásio Sena (BA), Egdio Ferreira Lima (PE) e João Gilberto (RS), entre outros. Eles se dizem preocupados com a soberania do poder constituinte e dispostos a combater as influências das forças contrárias às suas, identificadas como uma aliança entre o Palácio do Planalto e a cúpula nacional do PMDB.

Na verdade, contudo, o Planalto deu a primeira ajuda justamente à tese da exclusividade. Quando o consultor-geral, Saulo Ramos, opinou que a Constituição vigente estaria "perempta" e que o governo poderia administrar por decretos-leis, terminou por dar o argumento que faltava aos "xilitas". O apoio à tese foi vertiginosamente veloz, apanhou o Palá-

cio do Planalto de surpresa e ela chegou a ser aprovada, na reunião da bancada do PMDB, com grande entusiasmo.

De início, a cúpula executiva do governo Sarney parecia não compreender o alcance da tese da exclusividade, mas, quando compreendeu, a reação foi rápida, os governadores eleitos foram acionados, a cúpula do partido, que parecia simpática à tese, mudou de opinião de repente e tudo foi desfeito como num passe de mágica. Tudo terminou com a decisão do presidente da sessão, Humberto Souto, que recorreu à mensagem presidencial convocando a Constituinte, para assegurar o funcionamento do Congresso e, conseqüentemente, dissolver o golpe de Estado. O consultor-geral da República veio a público, então, para proclamar que uma assembleia convocada para ser "constituinte" não pode ser "desconstituinte".

Derrotados por um contragolpe regimental, os deputados da ala esquerdista do PMDB, entre os quais Nelson Jobim e Miro Teixeira, ficaram irritados com a brusca reviravolta da situação, que eles classificam como uma "arenização" do partido no governo. Esse grupo acredita que



o PMDB conserva a bandeira da Constituinte exclusiva, cantando vitória, por causa da solução encontrada de deixar para a própria Constituinte a regulamentação do funcionamento da Câmara e do Senado, durante o período em que o Congresso também funcionar, redigindo a Constituição. Um alto executivo do governo Sarney acredita que o governo tinha meios de contornar a situação, antes que ela se tornasse "dramática", como chegou a acontecer no fim de semana, e teme que o exemplo da tentativa de golpe dos "xilitas" seja seguido por outros grupos radicais da Constituinte, principalmente as bancadas oposicionistas do PT e do PDT.

Uma autoridade militar lembra, inclusive, que pode ser repetido o exemplo da Comissão Afonso Arinos, quando uma ou duas pessoas, de fora da comissão, conseguiram impor suas teses, mesmo as que não eram do agrado da maioria, apenas porque, nas votações, funcionavam as "pressões" externas. Seja como for, as primeiras votações da Constituinte já demonstraram a clara existência de aglutinação de parlamentares de partidos diferentes mas com afinidades ideológicas. Há um bloco de esquerda de pelo menos 100 cons-

tituintes. Um de seus membros, Lysâneas Maciel (PDT-RJ), comentou com outro, Antônio Britto (PMDB-RS): "Disse ao deputado Ulysses Guimarães, ao cumprimentá-lo por sua eleição, que um grupo considerável de constituintes espera que ele exerça o alto cargo preocupado com a soberania da Assembléia e a independência do Poder Legislativo".

O deputado Lysâneas Maciel, que chegou a se apresentar como antecandidato à presidência da Constituinte, acha que os acontecimentos no plenário unicameral, no primeiro dia de trabalho, anteontem, foram da maior utilidade política. "Em menos de 48 horas foi possível identificar núcleos de posições mais ou menos comuns. Como jornalista, sei que isso só se consegue depois de seis a oito meses de convivência diária", disse o deputado Antônio Britto.

A formação de bancadas ideológicas suprapartidárias durante o funcionamento da Constituinte não é uma surpresa para os políticos mais experientes de Brasília. Há muito tempo membros da bancada do PMDB, PDS e PFL prevêem essa possibilidade. Segundo eles, é muito difícil prevalecer a orientação partidária ou de lideranças durante o funcionamento de uma assembleia da importância de uma que esteja redigindo a nova Constituição de um país. O governador eleito do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, parlamentar experiente, acha que, na Constituinte, será simplesmente abolido o voto de liderança e não há a menor possibilidade de se considerar a existência de um recurso como o da obrigatoriedade de fidelidade partidária, a que os governos militares recorreram muitas vezes para garantir votações favoráveis nas duas casas do Congresso. O senador Mário Covas resume toda a questão numa frase, reforçada pela autoridade de quem recebeu a maior votação da História do Brasil: "Cada constituinte votará de acordo com suas próprias convicções". Por isso mesmo, Covas, como José Richa, Euclides Scalco, Fernando Gasparian, Roberto Cardoso Alves e Bernardo Cabral, só para citar alguns ilustres constituintes, não pode imaginar que a formação de blocos suprapartidários na Constituinte venha a surpreender qualquer político com alguma experiência parlamentar no currículo.

A guerra entre "progressistas" e "conservadores" no Congresso Constituinte não se resumiu nem se resumirá ao episódio da discussão da exclusividade do funcionamento unicameral da casa. A primeira tentativa de autonomia do grupo de esquerda aconteceu na votação da proposta de excluir os senadores eleitos em 1982 dos trabalhos da Constituinte. Não houve o mesmo bloco na votação para presidência da Câmara, perdida pelo dissidente Fernando Lyra, ou da Constituinte, em que Ulysses derrotou um membro do grupo, Lysâneas Maciel. As derrotas não comprometem, segundo eles, a organização de um núcleo para atuação comum "pelos interesses nacionais".



Roberto Cardoso Alves

2/12/86



Ulysses Guimarães

Sérgio Borges



Antônio Britto

28/2/86